

SÁ DE MIRANDA E A DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Márcia de Arruda Franco*

RESUMO

O trabalho apresenta, a partir do exemplo do douto Sá de Miranda, que recusa a expressão em língua latina, o movimento de defesa e ilustração do português quinhentista como parte da empresa imperial lusíada.

– O Idiomaterno. defesa e ilustração do. Escafandrista às raízes. Nox animae. Desesperado. Enamor: o verbo. Esta loucura: furor verbi. Wortlieb Motamour Love-word – o idiomaterno. O há muito tempo, o desde sempre, o nunca mais? Flor. Última. Mirabilis Miranda: caíram as estátuas. De metal. (Haroldo de Campos)

Citando o verso de Sá de Miranda, “Caíram as estátuas de metal”, Haroldo de Campos (1992) aproxima o poeta, “Mirabilis Miranda”, da defesa e ilustração do idioma materno. Sá de Miranda não fez uma defesa explícita da língua portuguesa, até porque escreveu grande parte da sua obra em castelhano. A defesa do português se encontra nos gramáticos e em António Ferreira. Mas o elogio de Haroldo de Campos não está tão longe do papel que a obra de Sá de Miranda desempenhou no século XVI: o seu exemplo de poeta humanista que se expressa em língua vulgar está na base do movimento de ilustração do português.

1 O movimento de ilustração do português e o exemplo mirandino

A codificação, a difusão e a ilustração do idioma português estão em processo no século XVI e a serviço da empresa imperial lusíada, culminando, como é

* Universidade de São Paulo.

sabido, com a obra magna de Camões. Desde a primeira metade de quinhentos, a relação entre pátria e língua começa a ser pensada, mas ela só finca raízes no pensamento quinhentista ibérico a partir da União Ibérica (1580-1640). É neste período que as obras dos poetas quinhentistas passam a ser impressas. As obras líricas de Camões e de Sá de Miranda o são pelo mesmo impressor, Manuel de Lira, no ano de 1595. A edição das *Satyras* de Sá de Miranda, em 1626, aponta para o “lustre” dado à língua portuguesa pela obra do poeta, e chama a atenção para a necessidade de perpetuá-la através de reimpressões:

(...), em graça dos curiosos, & respeito de seu Autor, cujos efeitos estão merecendo que se imprimão muitas vezes, & que por este meyo se procure neste Reyno sua conservação, & perpetuidade pela excelle[n]cia delles, & pollo nouo lustre q[ue] derão à lingua Portuguesa. (Sá de Miranda, 1626, p. 188)

A formação da moderna poesia portuguesa se dá paralelamente à permanência do primado do castelhano como idioma de corte e de cultura. Ao longo do século XVI, o português passará de mero dialeto hispânico a idioma nacional. Bernardim Ribeiro e Antônio Ferreira usam exclusivamente a língua portuguesa como idioma poético. O discurso histórico contribui para a consolidação do português na pena de alguns historiadores como Damião de Gois, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Diogo do Couto, como também o discurso científico com as obras de Pedro Nunes e de Garcia d’Orta, por exemplo. Está em processo, desde a primeira metade de quinhentos, o trabalho de dignificação do português nas gramáticas e nos diálogos em defesa da língua. O trabalho exercido sobre a linguagem portuguesa resulta do movimento geral do Renascimento das Letras antigas: os autores se inclinam ao cultivo letrado da língua, porque valorizam o ponto de vista imperial lusitana. Como conclui Sebastião da Silva Dias:

A tarefa que os letrados tinham à sua frente era [...], como Fernão de Oliveira sugere e Antônio Ferreira expressamente declara, converter o português numa língua culta, polindo-o ao contato do latim e do bom gosto. (Dias, 1969, t. 2, p. 908)

Foi a pena mirandina que pela primeira vez compôs uma obra do gênero clássico (a Comédia) em prosa portuguesa, dando início ao trabalho de formação da moderna prosa portuguesa. No prólogo de *Os estrangeiros* é ressaltado o fato de a comédia, ambientada em Palermo, ser falada em português e pedido o favorecimento da audiência:

Ora daquelas casas defronte sairá um mancebo valenciano por nome Amente; a este segue um seu aio que o vigia quanto pode, e destes e doutros sabereis o mais, que eu Ihes mandei a todos que falassem Português; e por que ouçais c’os corações repousados, eu vos tornarei donde vos trouxe, já sabeis que o posso fazer. Ouvi e favorecei-me.

Esta atitude influenciou muitos autores quinhentistas. Fernão Lopes de Castanheda, o primeiro historiador que escreveu sobre os feitos das Índias em língua portuguesa, justifica a dignidade expressiva do português com a obra de Sá de Miranda, poeta ainda vivo em 1551, como observa Rodrigues Lapa:

(...) também fui o primeiro que mostrei o engano que muitos tinham que na língua portuguesa não se podia escrever quanto quisessem assi como nas outras, se houvesse quem o soubesse fazer. E ajudou-me a mostrar esta verdade aquele grande poeta português, de muito grande erudição, o doutor Francisco de Sá, com as obras que tem compostas na nossa língua, em prosa e em verso, outro Terencio do nosso tempo, outro Plauto e outro Virgilio, e outro tão maravilhoso engenho como o de cada um destes. (Lapa, 1960, p. 64)

A vertente vernácula da obra de Sá de Miranda, malgrado a sua crítica à empresa indiana, serviu ao humanismo imperial lusíada do discurso histórico. Ela mostrou que é possível escrever prosa e história em língua portuguesa *novamente*. Através do trabalho de ilustração dessa língua difícil e rude, para a mentalidade lusíada, o português poderia ser o novo idioma imperial herdeiro da glória romana. Para Fernão Lopes de Castanheda, Sá de Miranda era um novo Virgílio, um novo Plauto, um novo Terêncio do império português. Comparar a grandeza do império lusíada com a do império romano era um procedimento muito comum entre os autores portugueses. Como bons renascentistas, eles ainda consideravam a superioridade dos Tempos Modernos sobre a Antigüidade Clássica. A dignidade da poesia portuguesa resultou de um longo movimento de ilustração, iniciado pelo exemplo mirandino, cujas obras são pela primeira vez comparadas à dos grandes autores latinos.

Jorge de Montemor, o poeta luso-castelhano mais bem sucedido de sua época, autor de **A Diana**, escreve a Sá de Miranda pedindo-lhe a sua ciência. A figura de preterição que aponta para Sá de Miranda (o destinatário da carta) como não sendo um Cícero, nem um Virgílio, recoloca o paralelo entre o poeta e os grandes autores antigos:

*No escribo a Ciceron que en sutileza
con su pluma llegó al sumo grado,
Ni del poeta heroico la biveza:
A otro blanco tiro, que ha tirado
La barra tanto mas que siempre anda
En la corte de Apolo sublimado:
A Francisco de Sá el de Miranda
Escribo, (...)*
(Montemor, in: Sá de Miranda, 1885, p. 653)

Sá de Miranda, que devotava um amor especial à língua espanhola, com a dicção austera e rude do seu cerrado português, é evocado para fundamentar a digni-

dade expressiva da língua portuguesa, também no discurso filológico. Petrônio – o português do **Dialogo em defesa da nossa linguagem que segue às Regras...**, de Gândavo – consagra a obra do poeta e dos quinhentistas como monumento da dignidade poética do português, derrotando o argumento do castelhano Falêncio, relativo à superioridade poética do seu idioma:

E se quereis saber quam pouca necessidade temos della (da língua castelhana), vede o estylo das comedias & dos versos do nosso verdadeiro português Francisco de Sá de Miranda, que foi o primeiro que nesta nossa Lusitania o descobrio com tamanha admiração, que de todos em geral ficou confessada esta verdade. (Gândavo, 1981, p. 61)

A verdade que Sá de Miranda descobriu com tamanha admiração é a bondade do português para a expressão poética. Na defesa de Petrônio, a obra mirandina está encabeçando a lista que termina em António Ferreira e Camões. Estas duas pontas fecham o ciclo que constitui a moderna poesia portuguesa, iniciado por Miranda e concluído por Camões.

A obra mirandina, por seu cunho humanista e pela atitude renascentista de emular os modelos clássicos em vulgar, justifica a alcunha de Garrett, que considera Miranda o “pai da moderna poesia portuguesa” (Garcia, 1984, p. 99). Para os autores do século XVI, o teatro mirandino teve importância capital no movimento de ilustração do português. O seu exemplo influi na escrita de uma história em vulgar e, ao lado das célebres *Cartas* e de algumas élogas escritas em português, como *Basto*, *Montano* e *Encantamento*, justifica para o discurso filológico a dignidade expressiva do português como idioma europeu e não apenas como dialeto ibérico.

2 A defesa da língua portuguesa e do império lusitano nos gramáticos e em Ferreira

É oportuno citar de novo o ainda mal conhecido estudo de Sebastião da Silva Dias, pois traz a idéia de que a gesta marítima favoreceu a independência cultural portuguesa no âmbito ibérico (a apologia do idioma pátrio), “à medida que os perigos de fora ameaçavam a independência do país”, isto é, a independência política.

A tendência para a apologia do idioma pátrio, como expressão da alma nacional e como linguagem própria a toda espécie de pensamentos e de emoções, avoluma-se cada vez mais, desde a geração de Camões e António Ferreira, à medida que os perigos de fora ameaçavam a independência do país. (Dias, 1969, t. 2, p. 905)

Como resultado da expansão portuguesa gerada pelas Descobertas e pelo desenvolvimento do comércio, desde a primeira metade de quinhentos, surge uma reflexão sobre a língua portuguesa. Imprimem-se gramáticas, cartinhas e diálogos,

que visavam difundir a língua portuguesa pelo Novo Mundo. Para o primeiro gramático, a língua portuguesa, “antiga ensinada, prospera e bem conservada: e também exercitada em bo[n]s tratos e ofícios”, deve ser cultivada através das letras (Oliveira, 1988). O compromisso entre o cultivo letrado da língua e a afirmação da nova identidade imperial portuguesa é claro: “E assi desta feição ja também este nome de Portugal antigo e agora com a virtude da gente muito enobrecido e com muitos bons tratos e conversações assi em armas como em letras engrandecido”. (Oliveira, 1988)

A afirmação da dignidade expressiva do português e a finalidade expansionista das armas portuguesas estavam unidas na Gramática de 1536. A difusão da língua portuguesa através do mundo recém-descoberto é vista como condição para o êxito do imperialismo lusitano, buscando-se uma relação afetiva com os africanos, indianos e brasileiros, ou de identificação, através do ensino da linguagem do colonizador.

Muito longe de fantasmas da retórica, a relação das Armas e das Letras portuguesas era um projeto de expansão imperial do idioma português, que passaria a ser falado nas colônias. Como língua européia, o português tinha ainda de percorrer a aventura da sua própria codificação. Fernão de Oliveira condenava, no âmbito peninsular, o uso de línguas estrangeiras. Os portugueses devem cultivar e apurar a sua própria língua e não escrever nem em castelhano, nem em latim:

(...) apliquemos nosso trabalho à nossa língua e gente e ficara com maior eternidade a memoria dele e nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possam ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos deles louvadas e amadas porque a semelhança e causa do amor e mais as línguas. E ao contrario vemos em Africa, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entre eles nascem só polla diferença da lingoa. (Oliveira, 1988, cap. V)

O gramático, consciente da oportunidade da expansão imperial do idioma português através do novo mundo, escreve a sua gramática para servir ao fim expansionista, tendo como meta a dignificação do português metropolitano.

No seu ensaio “La lengua compañera del imperio”, Eugênio Asensio (1974) nos ensina que a associação entre a língua e o império não é invenção de Fernão de Oliveira, como pode parecer, pela falta da citação da fonte na primeira gramática portuguesa. Este é um verdadeiro (de carne e osso) tópico humanista, lançado por Lorenzo Valla e que terá grande fortuna ibérica. Valla reflete sobre a relação entre o Império Romano e a difusão da língua latina, chegando à conclusão de que ele sobrevive onde quer que domine a língua de Roma (Garin, 1968, p. 98). O professor espanhol pôde encontrar este tópico encarnado em vários contextos, servindo a fins específicos: a relação entre o império e a língua proposta por Valla está na base da decisão estoica do aragonês Gonzalo Garcia de Santa Maria. O juriconsulto de D. Fernando, o católico, nas páginas de Lorenzo Valla, encontra a solução para resolver o problema social causado pela união da coroa aragonesa à castelã. Citando a fonte

italiana, Gonzalo acha que Aragão deve assumir a língua de Castela – a língua da corte – como língua de cultura. As idéias de Gonzalo acerca da educação eram as do humanista puro. Este considera o ensino do latim fundamental ao da língua materna, e não o contrário, como em Fernão de Oliveira. Em seguida, Asensio encontra o tópico lapidado por Nebrija na expressão: “a língua é companheira do império”. O gramático castelhano adota uma outra filosofia educacional, justificada pelas conquistas castelhanas no Novo Mundo: o ensino da língua vulgar espanhola deve ser anterior ao do latim. Fernão de Oliveira, como vimos, se apropria do tópico interpretado por Nebrija para defender o português como idioma imperial e não como dialeto ibérico.

Em João de Barros, segundo gramático e também segundo historiador dos feitos indianos (Lapa, 1960, p. 64), a língua imperial lusíada assume ainda o valor de língua evangélica, justificada pela expansão da Fé; o português é considerado por ele

hu[m] novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todas as seitas e idolatrias [que] desprega pregando e vencendo as reais quinas de Cristo com que muitos povos de gentildade som metidos em o curral do senhor. (Barros, apud Asensio, 1974, p. 15)

Neste trecho, “as reais quinas de Cristo” remetem à fundação da nacionalidade portuguesa na alta Idade Média, isto é, ao momento em que se toma a representação religiosa, através do espírito cruzadista, como elemento definidor da nacionalidade portuguesa. No século XVI, a defesa da *lusitanitas* se justifica pela permanência do espírito cruzadista no pensamento do humanismo cristão lusíada. Sebastião da Silva Dias salienta que em Barros se encontra “a coincidência do interesse pelo vulgar com a militância mais ou menos direta na corrente humano-evangelista” (Dias, 1969, t. 2, p. 911). E ainda: “é palpável o rasto do humanismo cristão na defesa que Barros faz do português como língua evangélica.” (Dias, 1969, t. 2, p. 911)

Fernão de Oliveira, João de Barros, Camões, Sá de Miranda e todos os quinhentistas apontam para a grande ajuda das Letras às Armas na consolidação dos poderes imperiais. A imagem do poder imperial lusíada (das armas e padrões portugueses) sobre o novo mundo está em Barros:

As armas e padrões portugueses postos em África e em Asia e em tantas mil ilhas fóra da repartição das tres partes da terra, materiais sam e póde às o tempo gastar: però nam gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras leixárem. (Barros, 1969, p. 86)

A superioridade das Letras em relação às Armas é um tópico renascentista que assume um sentido “quase emblemático”, segundo Jorge A. Osório (1985, p. 48). “Quase”, pois, como no caso de Fernão de Oliveira, afirmar a superioridade das letras fazia parte de um projeto de difusão do português como língua imperial.

Para Fernão de Oliveira importava assegurar a dignidade do vernáculo em

relação às línguas clássicas que exerceram o seu próprio império e eram agora modelos para a expansão da língua portuguesa: “E manifesto que as línguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homens as poserão na perfeição quagora tem” (Oliveira, 1988, cap. V). Como António Ferreira: “Porque mais Mântua, e Esmirna que Lisboa, [...] / Terá (se s’arte usar) maior coroa?” (Ferreira, 1940, p. 178). Oliveira reconhece que o grego e o latim não foram sempre línguas cultas, mas sim cultivadas e divulgadas, e exorta os portugueses a aprimorarem a sua própria, através do cultivo e do ensino do português. Para o primeiro gramático português, os homens fazem as línguas e não o contrário; nesse momento de codificação e divulgação do idioma materno é preciso cultivá-lo e difundi-lo através das Letras, da história e do ensino da gramática, para que a língua portuguesa, como os antigos idiomas grego e latino, construa o seu império e continue a viver na memória dos homens:

Grecia e Roma só por isso ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas línguas: e em elas escreveram muitas boas doutrinas e não somente o que entendião escreviã nellas: mas tambem trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feyção nos obrigaram a que agora ainda trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guiné ca sejamos ensinados de Roma. (Oliveira, 1988, cap. III)

É interessante a postura do gramático, que assume, como antes dele Nebrija assumira, uma crítica à educação humanística, toda voltada para as línguas clássicas, em detrimento das vulgares. No final do século, o humanismo na França, por exemplo, acabará por desqualificar o uso da língua vulgar no dia a dia. Pensamos no conhecido testemunho de Montaigne que, já na segunda metade do século XVI, era obrigado a conversar em latim no seu ambiente familiar (Garin, 1968, p. 180). Também no reinado de D. João III floresceu uma cultura humanista “sublime”, toda escrita em latim, cujos expoentes se expressavam em latim. António Ferreira, criado dentro desta filosofia educacional, como aluno do Colégio das Artes de Lisboa, dela se separa, ao defender o uso da língua portuguesa na escrita da poesia, de modo bastante parecido com o dos gramáticos:

*Do que se antigamente mais prezaram
 Todos os que escreveram, foi honrar
 A própria língua, e nisso trabalharam.
 Com cópia, com sentenças, e com arte,
 Com que podesse d’outras triunfar.
 Daquela alta elegancia quanta parte
 Deves, tu Grécia, àquele tam louvado
 Poeta, que assi soa em tôda a partel
 E tu grã Tibre, de que estás horrando
 Senão com a pureza dos escritos
 Daqule Mantuano celebrado?
 (Ferreira, 1940, p. 44)*

Homero e Virgílio devem ser imitados, isto é, os poetas portugueses devem trabalhar sobre a língua portuguesa para que ela triunfe de outros idiomas modernos e alcance o *status* de língua imperial. Neste estudo dos gramáticos portugueses, importa salientar que o movimento de codificação e difusão do idioma foi uma negação do português como mero dialeto ibérico. No século XVI, alguns “amigos da língua” trabalham por alçá-la à condição de idioma imperial apto a exprimir os vários discursos: o poético, o religioso, o histórico e o científico. Sá de Miranda, que se considerou o Horácio português, ao introduzir um ritmo peregrino, mostrou para todos que esta língua austera e rude se prestava à expressão do poético. Apesar disso, todos os quinhentistas continuaram a escrever obras luso-castelhanas, mostrando, aos olhos de Ferreira e dos filólogos, um desamor pela coisas portuguesas, não sendo “amigos da língua”.

3 A latinidade (o caráter máculo) do português e da dicção mirandina

João de Barros, embora discorde em muitos pontos gramaticais de Fernão de Oliveira, insiste na dignidade expressiva do português, afirmando a sua identidade com a raiz latina e a sua missão evangélica. Em seus respectivos diálogos em defesa da língua, Barros (1544) e Gândavo (1574) citam uns mesmos versos escritos em latim e em português como prova desta identidade entre a língua, o império e a religião:

Que se póde desejar da lingua portuguesa que ela <não> tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos feitos em louvor de nossa pátria se pode ver quanta tem, porque assi sam tam português que os entende o português e os nam estranhará quem conhecer a lingua latina. (Barros, 1969, p. 82)

Vale a pena citar os versos que ressaltam a latinidade da língua portuguesa, pois explicitam a justificação religiosa da expansão imperial lusíada:

*O quam divinos acquiris terra triumphos,
Tam fortes animos alta de sorte creando.
De numero sancto gentes tu firma reservas.
Per longos annos vivas tu terra beata.
Contra non sanctos te armas furiosa Paganos.
Vivas tu semper gentes mactando feroces,
Que ethiopas Turcos fortes indos dás salvos.
De Iesu Christo sãctos môstrãdo Prophetas.
(Barros, 1969, p. 82)*

Para os gramáticos que pensaram a questão da difusão da língua portuguesa no século XVI era fundamental afirmar a maior latinidade desta língua grave e

varonil no conjunto das neolatinas. Em seu diálogo em defesa da língua, João de Barros insinua que, se os portugueses exercitassem o português em traduções de obras latinas e com a ajuda da imprensa, assumindo empréstimos vocabulares aceitos “pela orelha”, em pouco tempo, o português seria o próprio latim:

(...) em nossos tempos, com a ajuda da impressã, deu se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às treladações latinas, usurpando vocábulos, que ôs fez mais elegantes do que foram óra <h> á cincoenta annos. este exercício, se ô nós usáramos, já tiveramos conquistado a língua latina como temos Africa e Asia, à conquista das quaés nos máis démos que às treladações latinas. (Barros, 1969, p. 84)

Se Fernão de Oliveira defendeu o português como idioma imperial tão bom como os idiomas clássicos, Barros tentará assegurar a dignidade expressiva do português em outra frente, ressaltando as suas excelências em face de um “novo *trivium* quinhentista” (Buescu, 1969): o italiano, o espanhol e o francês. Barros também afirma o caráter varonil e latino do português:

Esta prerrogativa [de ser mais idêntica à latina] tem [o português] sobre todas as linguagens presentes: majestade pera cousas graves e ua eficácia baroila que representa grandes feitos. E o sinal onde se isto máis claro ve é na musica, que naturalmente, à cerca de cada naçã, segue o modo de fala: linguagem grãve, musica grãve e sentida. (Barros, 1969, p. 81)

Para Barros, a menor latinidade das outras línguas neolatinas parece ser responsável pelo caráter pouco grave, seco e puro de suas expressões:

Çerto assi a francesa, como a italiana, máis parêcem fála pera mulheres, que grãve pera hómens, entanto que, se Catã fora vivo, me parêce se pejãra de â<s> pronunciar. Nésta gravidade, como já disse, a portuguesa léva a todas e tem em si ua pureza e seguidã pera cousas baixas que se Ihe póde poer a tácha que Péreço punha aos versos de Virgílio, os quaés dizia serem tam de sovero [sobre, sobreiro] e cubertos de cáscã, que se nam podiam abrandãr. (Barros, 1969, p. 83)

Fernão de Oliveira, com sua visão renascentista dos impérios castelhano e português, chega a forjar um paralelo entre a diferença melódica do grego e do latim, de um lado, e a do castelhano e do português, de outro.

(...) e nos com os castellanos q[ue] somos mais vezinhos co[n]corremos muitas vezes em hõas mesmas vozes e letras: e contudo não tanto q[ue] não fique algu[m]a particularidade a cada hu[m] por si hu[m]a so voz e com as mesmas letras e a nos e aos castelhanos guerra e papel: e no pronunciar que[m] não sintira a diferença q[ue] temos porq[ue] eles esconde[m]se e nos abrimos mais a boca: e quasi podemos dizer q[ue] o que da a entender horaçio na arte poetica dos gregos e latinos temos antre nos e os castelhanos: porq[ue] a eles deu a natureza afeiçoar o que querem dizer: e nos falamos boquicheos com mays magestade e firmeza. (Oliveira, 1988, cap.VII)

O português, como o latim, é considerada uma língua máscula, cuja melodia tem de ser pesquisada. Por sua vez, o idioma das trovas garridas e dos bons ensaios de Garcilaso na métrica italiana era considerado menos conciso e mais melódico, e por isso mesmo mais apropriado à expressão poética.

António Ferreira, em sua carta a Andrade Caminha também chama a atenção para o fato de os espanhóis, franceses e italianos cultivarem, através da poesia, a sua própria língua. Note-se que o poeta, embora hierarquize os cantares neolatinos, não tenta desqualificar, frente a um padrão clássico (o culto da latinidade do português), as outras línguas neolatinas. Para Ferreira a língua portuguesa só poderia ser dignificada através do trabalho do poeta que enriquecia e apurava a linguagem, tornando-a mais clara, sonora e expressiva. Na sua classificação estética, a língua de Garcilaso e Boscão era a princesa das línguas neo-românicas.

*Garcilaso, e Boscão, que graça, e espiritos
Destes à vossa língua, que Princesa
Parece já de todas na arte, e ditos!
E quem limou assi a língua Francesa
Senão os seus Franceses curiosos
Com diligência de honra, e amor acesa?
E vós ó namorados, e engenhosos
Italianos, quanto trabalhastes
[...]
Assi enriquecestes, e apurastes
Vosso Toscano, que será já tido
Por tal, qual pra sempre o vós deixastes.
(Ferreira, 1940, p.44)*

Vale a pena lembrar como a poesia de Sá de Miranda tem sido admirada pela sua sequidão e pureza vernacular. Temos em mente o elogio de D. Francisco Manuel de Melo, no **Hospital das letras** do século XVII (1657) e o de Pina Martins, nosso contemporâneo. O ilustre professor termina o seu artigo intitulado “Sá de Miranda, um poeta para o nosso tempo”, mencionando estas características varonis da obra mirandina: “(...) aedo de voz densa e máscula...” (Pina, 1991, p. 1.045). No século XVII, pela voz de Quevedo, o centro da observação crítica é a linguagem cerrada e o estilo vernáculo do poeta. No diálogo do **Hospital das letras**, Lipsio ainda alude ao “estilo toscano” de Sá de Miranda, que “esconde altos conceitos e mistérios”.

A polémica peninsular entre os que consideravam a maior musicalidade da melodia espanhola e aqueles que defendiam a excelência expressiva do português, reservado ainda para outro gênero de escrita mais grave e varonil, se estende até o século XVII, favorecida pela União Ibérica. A emergência da língua vulgar como meio digno de expressão foi nestes três filólogos – Oliveira, Barros e Gândavo – justificada pelo culto à latinidade do português, opinião generalizada no século XVI, não mencionada apenas por António Ferreira. Para os gramáticos, driblando o pa-

rentesco hispânico, o nosso idioma assume, mais que o espanhol, uma maior identidade com a raiz latina, em função da rusticidade da sua melodia de caráter másculo, que lembra a própria poética mirandina “em linguagem” portuguesa.

4 A deriva do português no comércio de especiarias e as regressões latinas

O traço mais moderno da avaliação lingüística dos gramáticos quinhentistas é a sua observação do plano fonológico (Buescu, 1969). Eles se deram conta do que, nos anos cinquenta do nosso século, Serafim da Silva Neto entende por *deriva* da língua, ou *ķoiné*.

Fernão de Oliveira pôde atentar para o aspecto físico da fala: “Porém não é tão espiritual a língua que não seja obrigada às leyz do corpo.” (Oliveira, 1988, cap. I). Demonstrando o seu conhecimento do princípio fonológico, isto é, dos sons pertinentes a determinado código lingüístico, o projeto imperial do gramático também incita ao trabalho sobre a melodia portuguesa,

Examinemos a melodia da nossa li[n]gua e esta guardemos como fezerão outras ge[n]tes: e isto desdas mais peq[ue]nas partes tomando todas as vozes e cada uma por si e vendo em ellas quantos di[v]ersos mo[v]imentos faz a boca co[m] tambe[m] di[v]ersidade de som e em q[ue] parte da boca se faz cada mo[v]imento porq[ue] nisto se pode discutir mais destintamente o proprio de cada lingua. (Oliveira, 1988, cap. VII)

Paralelamente ao movimento humanista de latinização do português, contribuindo para a idéia de gravidade do idioma, em conseqüência das Descobertas, do Comércio, e da Expansão da Fé, houve um maior intercâmbio entre o português e outras línguas naturais. Isto gerou experiências lingüísticas impensadas até então, de que o relato de Damião de Gois, ao traduzir para o latim o depoimento de Zaga Zabo (o embaixador etíope do Preste João), dá testemunho:

(...) atrevi-me a pedir-lhe uma narração clara e autêntica da fé e religião etíopes, rogando-lhe mais que há escrevesse por seu punho (...). Traduzi para latim essa opinião da maior verassidade, como a seguir se verá. Considerando um caso de consciência, lancei mãos ao trabalho contando mais ardor quanto não igonoro que, se isto se perdesse comigo, por mortal algum viria a ser publicado, por isso que os antigos eram tão ajustados à frase caldaica e etiópica, que mal podiam ser compreendidos por outrem que não eu: pelo muito trato com o embaixador da Etiópia, já lhe entendia tanto a fala como os escritos. (Gois, 1945, p. 162)

De fato, os gramáticos contemporâneos observam que no século XVI houve um trabalho coletivo de generalização da língua portuguesa como efeito do florescimento do comércio na Lisboa quinhentista, grande centro cosmopolita em que se acelerou a *ķoiné* do português, em contato diário não só com outras línguas româ-

nicas, mas também com as arábicas, africanas e asiáticas, e até nipônica.

Este fenômeno não passou despercebido por João de Barros, que considerava o intercâmbio entre o português e as outras línguas com as quais houve contato *púnico* e/ou de mercado censurável apenas pela “orelha”. Os empréstimos vocabulares são aceitos por se integrarem à natureza da linguagem portuguesa, ao passarem pela seleção fonológica, servindo então à comunicação. Propondo uma política de latinização do português para a *conquista* da língua latina, Barros envereda por uma descrição dos empréstimos vocabulares arábicos e asiáticos. Revive o clima de transformação da língua portuguesa neste momento em que se está vislumbrando a oportunidade de propagação do idioma português pelo novo mundo, como afirmação suprema do império lusitano. No trecho abaixo citado, o ideal humanista de construir o novo idioma através de traduções latinas tem de passar pelo crivo fonológico:

Este exercício (treladações latinas), se ô nós usáramos, já tiveramos conquistáda a lingua latina como temos Africa e Asia, à conquista das quães nos máis dêmos que às treladações latinas. E o sinal desta verdade é que nam sòmente temos vitória destas partes, mas ainda tomamos vocábulos, como podemos ver em todolos que começam em ál que sam ja tam naturais e xá e os que acabam em z, os quães sam mouriscos. E agora, da conquista de Asia tomamos chatinar por mercadejar, beniága por mercadoria, lascarin por hómen de guerra, çumbaia por mesura e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca que naquéllas andáram, como o seu próprio portugues. Assi que podemos usar dâlguns termos latinos que a orelha bem receba, porque élla julga a linguágem e musica e é censor d'ambas, e como ôs consistir um dia, ficaram perpetuamente. (Barros, 1969, p. 84)

Neste trecho Barros demonstra um certo *irenismo* (abertura do espírito para o diferente, sem proselitismos) aplicado à questão idiomática. Para ele, a questão dos empréstimos vocabulares era a de um *comércio* fonológico entre as várias línguas em contato. O vocábulo só é censurado – tenha ele a etimologia que tiver – se destoar do sistema fonológico da língua, se soar mal aos ouvidos. A perspectiva imperial logo ressurge pela voz do filho, o seu interlocutor no diálogo em defesa da língua: era assim controlada a entrada no idioma de vocábulos asiáticos e africanos:

– Nam sei, lógo qual será o português de tam errado juízo, pois é certo que mais pode durar um bom costume e vocábulo que um padram, porque se nam preza máis leixar na India este nome, mercadoria, que trazer de lá beniága é sinal de ser vencedor e nam vencido. (Barros, 1969, p. 86)

Do confronto das duas passagens do diálogo, não deixa de aflorar uma certa fragilidade da empresa imperial lusíada... *Mercadoria* quer dizer *beniaga*, palavra que Barros aceita por ter emprego comum no comércio. No diálogo, é o filho que refuta a sua equivalência com o termo português, impondo o ponto de vista do império.

Este movimento de avanço e retrocesso foi o mesmo que se deu na história da codificação da língua portuguesa quinhentista. Primeiro houve uma aceleração

da deriva fonológica do português como resultado das novas transações comerciais, e, em seguida, uma restauração latinizadora de algumas evoluções indesejáveis. Por exemplo, o caso *claro* > *craro* ou *flauta* > *frauta*. Esta forma evoluída está nos grandes autores do período misto ou médio arcaico do idioma português (Paiva, 1988, p. 9), como Sá de Miranda.

Na filosófica esparsa “Não vejo o rosto a ninguém”, o verso “o meo do craro dia” da lição autógrafa – substituído por “na meta do meo dia”, na edição de 1595, e por “E às oras do meo dia”, na de 1614, que soavam melhor para as orelhas dos editores – só é repetido na edição de 1885.

A *deriva* resultante do “exercício em bons tratos e ofícios” seria em parte responsável pelo caráter grave e varonil da língua portuguesa. A outra parte ficava sob a responsabilidade dos filólogos na fixação das formas eruditas, como no case de *claro/craro*. Se no século XVI a forma *craro* é usada pelos melhores poetas cancioneiros, no século XX, ela é considerada errada, comum entre iletrados ou pessoas com problemas de pronúncia. A obra mirandina pertence ao período em que as formas arcaicas e modernas convivem, antes do movimento de regressão dos filólogos, que alcança, contudo, as primeiras edições de suas obras. Os editores, no caso acima apontado da esparsa “Não vejo o rosto a ninguém”, contornam o problema lançando mão de outras lições para o verso “no meo do craro dia”. (Sá de Miranda, 1911)

A formação do português moderno deve-se tanto à vivacidade cosmopolita da fala metropolitana exercitada no comércio e na vida cortês, como à atividade dos filólogos e poetas (a partir do exemplo da culta lira do Horácio português), que buscaram fixar as formas da língua culta. Mas não é só isso. Para que o dialeto ibérico da Lusitânia quinhentista fosse alçado à categoria de idioma nacional, foi fundamental o império ultramarino, que forneceu os signos identificadores desta nova época. A poesia mirandina encerra, contudo, uma crítica à revolução dos costumes resultante da empresa marítima. Os signos das Descobertas serão deslocados para a aventura da introdução dos gêneros e formas do Renascimento italiano, cujas leis rítmicas tiveram de ser longamente pesquisadas na prosódia portuguesa. A excelência nos três níveis da nova poesia – melódico, imagético e conceitual – só será conseguida por Camões, que doma o ritmo peregrino, e encontra a melodia da agreste língua portuguesa.

5 O humanismo ibérico e a difusão das línguas ibéricas

A aventura de dignificação do idioma vulgar não é exclusiva de Portugal, “recebe estímulo de fora” (Dias, 1969, t. 2, p. 905): outros idiomas vulgares também vinham sendo dignificados. A emergência dos idiomas neolatinos através da cultura humanística ocorre numa ordem precisa: italiano, espanhol, português e francês. O incentivo de dentro, “eivado de nacionalismo, com um pé na aventura dos Descobri-

mentos” (ibidem) era o da oportunidade de formação de um idioma imperial que suplantaria os idiomas clássicos.

É no século XVI que, na Europa ocidental, se inicia a fixação dos idiomas modernos, sob a égide cultural italiana; paulatinamente, as línguas vulgares adquirem maior relevo em relação ao latim. No entanto, em termos de filosofia e prática educacionais, o latim permanecerá como língua central ainda por muitos séculos.

Na Europa românica, ao mesmo tempo que se faz, através da filosofia educacional humanista o elogio das letras clássicas, também se promove, através da escrita da poesia, da história e das gramáticas, a dignificação dos idiomas vulgares (Garin, 1968, p. 97) Para Garin, esse movimento na Itália é propiciado pelo passado histórico, pela relação com a Roma antiga. No resto da Europa românica os idiomas vulgares também serão dignificados, ressaltando-se a sua latinidade. A comparação com o latim deve ser entendida dentro das prerrogativas humanistas e renascentistas:

L'étude du latin classique, poursuivie à travers les oeuvres des classiques, ne constitue pas seulement l'unique voie d'accès à une connaissance véritable de leur monde, mais nous permet aussi, dans une confrontation de tous les instants, de nous assurer la possession des structures et des démarches historiques de notre langage, du processus par lequel il s'est constitué. (Garin, 1968, p. 97)

A cultura humanística, deste modo, acaba desenvolvendo-se em latim e também nas línguas vulgares. Em Portugal, porém,

desenvolveu-se em duas frentes, a batalha [...] em defesa e ilustração do português. Uma delas era o Latim: e não lhe falta correlação com o movimento de tradução que então se processou no país. A outra frente era o castelbano. (Dias, 1969, p. 907)

A emergência dos idiomas neolatinos é confrontada com a latinização da educação pelo humanismo. Nos centros de estudos humanísticos (Paris, Lovânia, etc.) o idioma materno terá a sua maior área de atuação fora do universo escolar, sendo estudado cada vez mais como língua subsidiária do latim (Aries, introd., Garin, 1968, p. 9-11). Com o fascínio exercido pela Antigüidade, o ensino das Letras clássicas assumirá em França um outro perfil que desqualificará o sentido humanístico do Renascimento, isto é, a leitura dos textos antigos com vistas a uma posição crítica em relação ao presente histórico dos homens modernos. (Garin, 1968, p. 280)

Embora em Portugal e na Espanha desde muito cedo, tenha-se desenvolvido toda uma cultura humanística em latim, a difusão imperial da língua leva a uma utilização do idioma vulgar no universo educacional. Nas colônias latino-americanas, o ensino da língua do colonizador assumirá o perfil do humanismo cristão ibérico. A defesa da língua portuguesa por Fernão de Oliveira e João de Barros, e, já na segunda metade de quinhentos, por Gândavo e António Ferreira, assume plena-

mente a prerrogativa renascentista e humanista de se aproximar do antigo através duma postura de valorização do presente. Garin cita a expressão lapidar de Ângelo Poliziano: “na escola de Cícero não vamos aprender a ser ciceronianos, mas nós mesmos”. Dias (1969, t. 2, p. 905) afirma que “João de Barros e António Ferreira, intimamente familiarizados com os clássicos e com as suas concepções, nunca escreveram uma linha em latim”. E mais adiante (p. 906): “os defensores do vulgar, ao contrário dos puros humanistas, só atentos à cultura para as elites, tinham os olhos no problema de uma cultura para o bem comum”. O império português justificava a necessidade de codificação e de difusão da língua portuguesa como idioma imperial tão bom quanto o latino, que serviria ainda para introduzir o estudo do latim. Os filólogos portugueses e espanhóis consideravam o ensino da língua vulgar básico para o do latim. Este só deveria ser ensinado num segundo momento, depois de assimilado o idioma natural.

Sá de Miranda, conhecedor dos idiomas antigos, só se expressou em português e/ou castelhano. Nesta reflexão sobre a questão da língua em quinhentos, vale observar a bivalência da sua figura, cuja obra, escrita em duas línguas, será, não obstante, na sua vertente vernácula, marco e fundamento da busca pela dignificação expressiva da língua portuguesa, conforme citado nas obras de Castanheda, Gândavo e António Ferreira. Na expressão de Carlos Drummond de Andrade, a obra mirandina é “pasto dos vulgares” (Franco, 1998, p. 582), isto é, no processo de fixação do português como idioma, ela importa pela recusa da expressão latina do puro humanista. É neste sentido que a obra de Sá de Miranda, como sugere a epígrafe de Haroldo de Campos, difunde o amor pelo idioma materno.

ABSTRACT

This paper presents, from Sá de Miranda's example of a humanist poet who refuses to write in Latin, the process of defence and illustration of the XVIth century Portuguese as part of Portugal imperial enterprise.

Referências bibliográficas

- ASENSIO, Eugenio. La lengua compañera del imperio. **Estudios portugueses**. Paris: Calouste Gulbenkian, 1974.
- BARROS, João de. **Textos pedagógicos e gramaticais de --**. Introdução, seleção e notas de M. Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Verbo, 1969.
- BUESCU, M. Leonor Carvalhão. (Intr. sel., notas). **Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros**. Lisboa: Verbo, 1969.
- CAMPOS, Haroldo. Ciropédia ou a educação do príncipe. **Os melhores poemas de --**. São Paulo: Global, 1992.
- DIAS, Sebastião da Silva. **A política cultural no tempo de D. João III**. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 1, 1969.
- FERREIRA, António. **Poemas lusitanos**. Lisboa: Sá da Costa, 1939 e 1940.
- FRANCO, Márcia Maria de Arruda. "Entre lobo e cão", Drumond revista Sá de Miranda. CONGRESSO ABRALIC, 5, Rio de Janeiro, 1996. **Cânone & Contextos**. Rio de Janeiro, 1998, p. 579-584.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**. Edição fac-similada. Lisboa: BNL., 1981.
- GARCIA, Alexandre M. **Poesia de Sá de Miranda**. Lisboa: Comunicação, 1984.
- GARIN, Eugenio. **L'Education de l'homme moderne, la pédagogie de la renaissance (1400-1600)**. s. 1.: Fayard, 1968.
- GOIS, Damião. **Opúsculos históricos**. Porto: Civilização, 1945.
- LAPA, Rodrigues (Sel., pref. e notas). **Historiadores quinhentistas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- MARTINS, J. V. de Pina. Sá de Miranda, um poeta para o nosso tempo. **Estudos portugueses/Homenagem a Luciana S. Picchio**. Lisboa: Difel, 1991.
- OLIVEIRA, Fernão. (1536) **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição fac-similada. Lisboa: INL, 1988.
- OSORIO, Jorge Alves. Entre a tradição e a inovação; Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da écloga *Alexo*. Separata da Revista **Línguas e Literaturas**. II série, v. 1, p. 47-103, 1985.
- PAIVA, Dulce de Faria. **História da língua portuguesa II; século XV e meados do século XVI**. São Paulo: Ática, 1988.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco de. **Satyras**. Porto: João Rodrigues, 1626.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco de. **Poesias de Sá de Miranda**. Halle: Max Niemeyer, 1885.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco de. **Obras completas**. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1976 e 1977. 2v.
- SILVA NETO, Serafim da. **A língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, s. d.
- VASCONCELOS, C. M. de. **Novos estudos sobre Sá de Miranda**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.